

## **MINUTA ANEXO 02**

### **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO**

#### **EDITAL Nº 001/2024**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2024**

#### **1- Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:**

1.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária limitada – LTDA:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- g) **Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- h) **Consórcios:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
- i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- j) **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido por órgão competente nos termos da legislação vigente.

1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 1.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

1.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

1.4.2. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## **1.5. Qualificação Técnica**

1.5.1. Apresentar comprovação de aptidão para desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, sendo:

a) Atestado de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Contábil onde é responsável pela contabilidade do RPPS pelo período de no mínimo 03 (três) anos;

b) O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica tem (terão) prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

1.5.2. Apresentar comprovação de registro no Conselho Regional de Classe de Contabilidade da empresa e do profissional que ficará à disposição da Instituição.

## **1.6. Declaração Unificada**

1.6.1. Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar, a fim de comprovação e idoneidade:

1.6.2. A empresa, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

1.6.3. Declaração para os fins do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

1.6.4. Declaração que não contraria e atende os critérios da Súmula Vinculante nº 013 do STF ;

1.6.5. Declaração de idoneidade;

1.6.6. Declaração que cumpre os termos impostos pelo art. 63, inciso I da Lei Complementar nº 14.133/2021.

## **1.7. Participação de Microempresa e Empresa de pequeno porte**

1.7.1. A Lei Complementar n.º 123, de 2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública;

1.7.2. A exclusividade na participação do certame às microempresas e empresas de pequeno porte, caso o valor estimado fique em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na forma como dispõe o inciso I do artigo 48, da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

**1.8. Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes deverão apresentar, a fim de COMPROVAR O ENQUADRAMENTO:**

**1.8.1.** A empresa, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014, deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ANEXO 06), bem como, certidão emitida por órgão competente comprovando o enquadramento.

## **MINUTA ANEXO 03**

### **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes / imprimir em papel timbrado da licitante)**

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na (endereço completo, telefone, endereço de e-mail) inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, cargo, portador do RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, endereço, propõe fornecer ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SABARÁ - SABARAPREV, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/XXXX, conforme abaixo discriminado:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unid</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor mensal</b>	<b>Valor anual</b>
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, PREVIDENCIÁRIA E ADMINISTRATIVA	mês	12		

- I. Informar o valor por extenso: **R\$ .....** (.....)
- II. Informar a especificação dos serviços a serem realizado.
- III. Informar que o proponente se obriga a cumprir todos os termos do Contrato a ser firmado com a Contratante.
- IV. Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.
- V. Informar que nos preços ofertados já estão inclusos todos os tributos, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, além de todas as despesas necessárias a execução do objeto.

Local \_\_\_\_\_, e Data \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa

## **MINUTA ANEXO 04**

### **TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES DA BLL**

<b>Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)</b>	
<b>Nome:</b> (Razão Social)	
<b>Endereço:</b>	
<b>Complemento:</b>	<b>Bairro:</b>
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>CNPJ/CPF:</b>
<b>Inscrição Estadual:</b>	<b>RG:</b>
<b>Telefone comercial:</b>	<b>TEL/Fax:</b>
<b>Celular:</b>	<b>E-mail:</b>
<b>Representante legal:</b>	
<b>Cargo:</b>	<b>Telefone:</b>
<b>Ramo de Atividade:</b>	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar,
- ii. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor,
- iii. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
- v. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil,

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. (*cláusula facultativa para caso de uso de corretoras*) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse. realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I- Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II- Apresentar lance de preço, manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;
- III- Apresentar
- IV- Solicitar informações via sistema eletrônico;
- V- Interpor recursos contra atos do pregoeiro
- VI- Apresentar e retirar documentos,
- VII- Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII- Assinar documentos relativos as propostas;
- IX- Emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X- Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

6. O presente Termo de Adesão é válido até / podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento. Local e data:

Local \_\_\_\_\_, e Data

---

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(reconhecer firma em cartório)

**Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de  
 Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)**

**Indicação de Usuário do Sistema**

<b>Razão Social do Licitante:</b>		
<b>CNPJ/CPF:</b>		
<b>Operadores</b>		
1	<b>Nome:</b>	
	<b>CPF:</b>	<b>Função:</b>
	<b>Telefone:</b>	<b>Celular:</b>
	<b>Fax:</b>	<b>E-mail:</b>
2	<b>Nome:</b>	
	<b>CPF:</b>	<b>Função:</b>
	<b>Telefone:</b>	<b>Celular:</b>
	<b>Fax:</b>	<b>E-mail:</b>
3	<b>Nome:</b>	
	<b>CPF:</b>	<b>Função:</b>
	<b>Telefone:</b>	<b>Celular:</b>
	<b>Fax:</b>	<b>E-mail:</b>

O Licitante reconhece que:

I - A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;

II - O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante,

III - A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e

IV - O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e

V - O não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local \_\_\_\_\_, e Data

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável pela Empresa  
 (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)  
 (reconhecer firma em cartório)

## **MINUTA ANEXO 05**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA** (papel timbrado da licitante)

AO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SABARÁ-SABARAPREV, Estado de Minas Gerais.

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX**

Pelo presente instrumento, a empresa \_\_\_\_\_ através de seu representante legal infra-assinado, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_

1) Declaramos, para os fins do disposto nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG \_\_\_\_\_, sob CPF \_\_\_\_\_, cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo seguinte endereço: E-mail: que o Contrato seja encaminhado para o Telefone: (xxx) \_\_\_\_\_

6.1) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Equipe de Licitação deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7) Declaramos, na forma e sob as penas impostas pelo artigo 63, inciso I, da Lei 14.133, de 2021, que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação, conforme exigidos pelo Edital e Termo de Referência.

8) Nomeamos e constituímos o senhor(a). \_\_\_\_\_  
portador(a) do \_\_\_\_\_ CPF/UF \_\_\_\_\_ sob para ser o(a)  
responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao Pregão Eletrônico N° 001 /2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Local \_\_\_\_\_, e Data

---

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

## **MINUTA ANEXO 06**

### **MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO- ME/EPP (papel timbrado da licitante)**

Pelo presente instrumento, a empresa CNPJ nº  
\_\_\_\_\_ com sede na  
\_\_\_\_\_ através de seu representante legal  
infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na  
situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei  
Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que  
inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, no  
ano de 2024.

\_\_\_\_\_, e Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

## **MINUTA ANEXO 07**

## **MINUTA DO CONTRATO**